

competência prevista no n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro:

Divisão de Comunicação, Eventos e Relações Externas:

- a) Assegurar a conceção e implementação do plano de comunicação global do Município em articulação com os serviços municipais;
- b) Promover e gerir a entidade corporativa e marca do Município bem como as suas submarcas, assegurando a coerência e consistência de normas, canais e recursos;
- c) Assegurar a comunicação institucional e relações públicas do Município, nomeadamente com entidades externas e órgãos de comunicação social;
- d) Promover e coordenar em articulação com as unidades orgânicas a publicação e a divulgação de informação municipal;
- e) Garantir a atualização dos conteúdos editoriais do website e nas páginas das redes sociais da Câmara Municipal e das demais instituições diretamente dependentes do Município (Cineteatro Messias);
- f) Assegurar o serviço de seleção de notícias permitindo obter de forma imediata e abrangente um registo da presença do Município na Comunicação Social;
- g) Promover registos audiovisuais regulares dos principais eventos ocorridos no Município ou que tenham relação com a atividade autárquica, procedendo ao respetivo tratamento em função das utilizações;
- h) Proceder à gestão corrente da inserção da publicidade do Município nos diversos meios de comunicação;
- i) Assegurar a direção e acompanhamento da Festa do Município, atualmente designada por FESTAME, assim como das Animações de verão e Natal;
- j) Geminações.

Setor de Águas e Saneamento, com a competência de coadjuvar o Chefe da Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente no exercício das competências da Divisão.

2 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel Leal Marquieiro*.

311565678

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

Aviso n.º 11841/2018

Cessação da Relação Jurídica de Emprego Público, por Motivo de Aposentação

Em cumprimento do disposto na alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 junho, torna-se público que cessou por motivo de aposentação, a relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, do mapa de pessoal deste Município, o seguinte trabalhador:

José Osvaldo Ferreira Fernandes, carreira/categoria de Assistente Operacional/Encarregado Operacional, posição remuneratória 6.ª, nível remuneratório 13, desligado do serviço em 01/08/2018

9 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara, *Artur Manuel Rodrigues Nunes*, Dr.

311579156

MUNICÍPIO DE MIRANDELA

Aviso (extrato) n.º 11842/2018

Projeto de Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela

Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, faz saber que, no uso das competências conferidas pelas alíneas b) e t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, em cumprimento e para efeitos do disposto no artigo 56.º do mesmo diploma, e ainda do disposto no n.º 1 dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, que a Câmara Municipal deliberou, em reunião realizada no dia 2 de agosto de 2018, submeter a audiência dos interessados e consulta pública, pelo prazo de 30 dias, contados do dia seguinte ao da publicação do presente Aviso, o Projeto de Regulamento da Residência de Estudantes de Mirandela que se encontra disponível para consulta na página do Município em <https://www.cm-mirandela.pt/pages/579>. Os interessados podem endereçar as suas sugestões por escrito à Câmara

Municipal de Mirandela para Largo do Município, 5370-288 Mirandela, ou através de correio eletrónico para gabinetejuridico@cm-mirandela.pt, dentro do prazo referido.

3 de agosto de 2018. — A Presidente da Câmara, *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues*.

311562315

MUNICÍPIO DE MONÇÃO

Edital n.º 806/2018

Apreciação pública do projeto de regulamento municipal de concessão de apoios sociais

Programa Monção Social

António José Fernandes Barbosa, Presidente da Câmara Municipal de Monção, torna público, ao abrigo da competência que lhe confere a alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada no dia 07 de agosto de 2018, deliberou aprovar o “Projeto de Regulamento Municipal de Concessão de Apoios Sociais”, no sentido de submeter o mesmo a audiência dos interessados e a consulta pública, para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias, a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, para cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo.

O documento acima referenciado encontra-se disponível no Balcão de Atendimento ao Público do Município de Monção, sito no Edifício do Loreto, em Monção, onde poderá ser consultado todos os dias úteis das 9.00 às 16.30 horas, bem como no sítio do Município de Monção na Internet (www.cm-moncao.pt). Os interessados devem remeter as suas sugestões por escrito à Câmara Municipal, dirigidas ao seu Presidente, até ao último dia do prazo acima referido.

Para conhecimento geral publica-se o presente edital e outros de igual teor, que vai também ser afixado no átrio do Edifício dos Paços do Concelho e nos habituais locais de estilo do concelho de Monção.

8 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara, *António José Fernandes Barbosa*.

311572749

MUNICÍPIO DE MONDIM DE BASTO

Aviso n.º 11843/2018

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior (área de engenharia civil), na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto pelo Aviso n.º 4610/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 68, de 6 de abril, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a trabalhadora Sofia Martins da Rocha Pereira de Faria, datado e com início de vigência a 2 de agosto de 2018, com a remuneração mensal de € de 1.201,48 (mil duzentos e um euros e quarenta e oito centimos), correspondente à 2.ª posição remuneratória da categoria e ao nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira/categoria de técnico superior.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 240 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP.

O júri do período experimental é constituído pelos seguintes elementos: Presidente — Isabel Fernanda Dinis Carvalho Borges da Silva, dirigente da Divisão de Administração do Território; Vogais Efetivos — Susete Maria Martins de Moura e Rita Simone Lopes Machado, ambas técnicas superiores e Vogais suplentes: Susana Patrícia Teixeira da Mota, dirigente da Divisão Administrativa e Financeira e Altina da Assunção Rodrigues de Carvalho Gomes, técnica superior.

2 de agosto de 2018. — O Presidente da Câmara, *Humberto da Costa Cerqueira*.

311567451